

EDUCAÇÃO DOS SURDOS E BILINGUISMO

Autor: Joyce da Silva Cruz de Mendonça (1); Orientadora: Francyllayans Karla da Silva Fernandes (2)

(1) Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, Joycedscm1996@gmail.com; (2) Centro Universitário de João Pessoa – francyllayans@gmail.com.

Resumo: A educação dos surdos é um assunto inquietante e por vezes, polêmico. As propostas educacionais, mesmo tendo em vista o desenvolvimento dos alunos surdos, não tem tido êxito, pois na prática do cotidiano escolar encontra uma série de limitações, de cunho pedagógico, curricular e estrutural. Devido à falta de preparação linguística dos profissionais da educação e consequentemente metodológica, muitos surdos ao final da escolarização básica, não são capazes de ler ou escrever satisfatoriamente. Essas problemáticas ao discorrer do presente artigo vêm sendo discutida, para que os direitos dos surdos e seus elementos / artefatos culturais sejam respeitados. Ressaltando a importância do oferecimento de uma educação que esteja em consonância com as Leis que regem a Educação Brasileira, as quais propõem o desenvolvimento integral e igualitário do aluno surdo, sendo capaz de corroborar com o desenvolvimento de seu potencial.

Palavras-chave: Educação dos surdos, Bilinguismo, Língua de sinais e Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

É por meio da linguagem que as interações sociocomunicativas acontecem não só com os ouvintes, mas também com os surdos. Desta forma, surge as indagações acerca do quão complicado deve ser para o surdo “falar com as mãos” e como esses “movimentos” o ajudam a se comunicar, em uma sociedade estruturalmente e culturalmente ouvinte, que busca a hegemonia cultural, bem como o fortalecimento da uma educação para a maioria, sem atrelar-se as necessidades individuais dos sujeitos que compõem esse espaço.

Os surdos brasileiros usam a Libras (Língua Brasileira de Sinais), uma língua visual-espacial, a qual foi reconhecida após muita luta, proporcionando o direito a sua utilização social e educacional de forma livre. Antes esse cenário era bem diferente, após anos isolados, o surdo hoje vem conquistando seu espaço e sendo reconhecido como capaz e usuário de uma língua própria, a de sinais.

Para melhor compreensão desse processo, pode-se dividir as filosofias de educação dos surdos em três fases: oralismo, comunicação total e bilinguismo. Nos dias atuais a última filosofia, o bilinguismo, é a que tem mais aceitabilidade na comunidade surda. A ideia é que o

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

surdo aprenda a língua de sinais como primeira língua, e a língua utilizada pela sociedade ouvinte do seu país com segunda língua. A proposta bilíngue traz para criança surda o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, além de proporcionar a ampliação do vocabulário da criança, uma vez que ele vai adquirir sua língua falada/ sinalizada e a língua do seu país na modalidade escrita.

Independente do ambiente escolar que o aluno surdo é colocado seja regular ou em um atendimento individual especializado, o aluno tem direito a uma metodologia voltada as suas necessidades educacionais e/ou linguísticas, visando seu melhor desempenho. Pois, é através dessas metodologias que o aluno terá seu direito a educação efetivada, promovendo a autonomia e independência desse aluno, para que o mesmo possa exercer sua função social de cidadão.

É importante ressaltar que muitas crianças surdas chegam à escola sem saber a sua própria língua, visto que um ponto que dificulta essa aquisição da linguagem é a carência de diálogo. Um grande número de surdos nasce em famílias de ouvintes, na maioria dos casos a família resiste muito tempo para aceitar que o seu filho é surdo, insistem em oralizar ou procura outros meios para a “cura”, por entender essa diferença linguística como uma deficiência, além de muitos não serem expostos a sua própria cultura, e como consequência é aberta essa lacuna na aquisição da linguagem.

METODOLOGIA

A exposição das ideias e percepções discorridas neste artigo foram desenvolvidas através de uma inquietação, ao refletir sobre a educação dos surdos atualmente, como ela vem sendo realizada, quais os pontos que não tem sido trabalhado, o que é preciso melhorar para o melhor desenvolvimento educacional do sujeito surdo, então sentindo toda essa problemática em questão, resolveu-se discutir esse tema que é tão importante e inquietante.

Na continuidade do processo de análise do tema apresentado, foram necessárias leituras de autores ligados à área questionada, pois o presente artigo tem como aporte metodológico a revisão bibliográfica, o público alvo são as crianças surdas em processo de aquisição de L1 e L2, sendo o trabalho de cunho qualitativo.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTORICA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A educação dos surdos, durante muitos anos causou polemicas, pois mesmo com inúmeros debates não se tinha o entendimento real acerca de como o processo educacional

poderia acontecer em outra língua, a qual era totalmente desconhecida. Na antiguidade greco-romana as pessoas acreditavam que eles não eram humanos, não tinham direito à herança, eram proibidos de se casarem e de frequentar o meio social.

Os surdos tinham seus direitos legais privados e eram confundidos com retardados mentais, pessoas amaldiçoadas, Guarinello (2007, p. 19-20) diz que: “Os surdos eram considerados seres castigados pelos deuses”. Segundo Honora (2009, p.12) “Aristóteles afirmou que considerava o ouvido, como órgão mais importante para a educação, o que contribuiu que o surdo fosse visto como incapacitado para receber qualquer informação naquela época”. Isso só começou a mudar na idade moderna, quando surgiram os primeiros educadores de surdos. “Os primeiros educadores de surdos que se têm notícias começam a surgir a partir do século XVI” (Honora, 2009).

O espanhol Pedro Ponce de León, primeiro professor de surdos, geralmente ensinava aos filhos de nobres a falar, já que sem a fala não teriam direito à herança, ensinava a ler, escrever e até Filosofia. León foi base para outros educadores de surdos. Juan Pablo Bonet toma como base o método de León, em 1620 publica uma obra sobre a arte de ensinar surdos a falar (alfabeto manual, escrita, Língua de sinais e manipulação dos órgãos fonoarticulatórios). Bonet se tornou referência com seu método para os educadores da época.

Na idade moderna, o francês e abade Charles- Michel de L’Épee, criou o Instituto Nacional para surdos-mudos de Paris (1760), ele é o primeiro a reconhecer que o surdo tem uma língua, a oralização deixa de ser o foco, faz a criação e uso dos sinais metódicos (consiste na apropriação de sinais, modificados de forma que possa representar mais fielmente a estrutura da Língua Francesa).

Conforme Honora (2009) “O abade Charles Michel de L’Épee foi um educador filantrópico francês que ficou conhecido como pai dos surdos e também um dos primeiros que defendeu o uso da Língua de Sinais”. Em 1880 em Paris foi realizado o Congresso Internacional de Milão, onde se reuniram educadores de surdos de diferentes países para debater a ideia de que a fala era melhor do que os sinais, método oral puro. Nesse congresso decidiram abandonar os sinais e focar apenas na oralização, tendo um impacto desastroso.

O domínio da língua oral pelo surdo passou a ser uma imposição da comunidade majoritária, que tinha a fala como superior, sem valorizar o surdo como um sujeito de aprendizagem e ser capaz de decidir através de sua própria língua. Os defensores do método oralista eram fortes e conseguiram fazer com que o mesmo prevalecesse por quase 100 anos,

causando as pessoas surdas que não conseguiam evoluir na língua oral prejuízos educacionais e sociais.

No começo do século XX, com o fracasso do oralismo, surge um novo cenário discursivo para a educação de surdos a comunicação total, que propunha a utilização de qualquer recurso linguístico que facilitasse a comunicação com as pessoas surdas. A comunicação total também é vista como o primeiro passo para o surgimento da luta pelo bilinguismo, pois possibilitava a utilização de duas línguas dentro de um único contexto social.

FILOSOFIAS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A educação dos surdos é marcada por três filosofias: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo. O oralismo defendia o uso único e exclusivo da fala, sendo proibida a utilização de sinais e do alfabeto manual.

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte a desenvolver uma personalidade como a de ouvinte. (GOLDEFELD, 2002, p. 33).

Após o oralismo, temos a comunicação total que utiliza de todos os meios que possam vir a facilitar a comunicação como a língua falada, sinais, sistemas artificiais (códigos manuais) entre outros. Goldfeld (2002, p. 40) afirma que “A comunicação total defende a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para facilitar a comunicação com as pessoas surdas”.

A terceira filosofia que perdura até o presente momento é o bilinguismo que se contrapõe as duas últimas filosofias citadas. Refere-se ao ensino de duas línguas: a primeira é a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país.

A proposta da educação bilíngue para surdos pode ser definida como uma oposição aos discursos e às práticas clínicas hegemônicas características da educação e da escolarização dos surdos nas últimas décadas e como um reconhecimento político da surdez como diferença (SKILIAR, 1998, p. 1).

Surge assim a possibilidade da utilização apenas da língua de sinais no processo educacional da pessoa surda, tendo sua língua posta como instrumento facilitador da aprendizagem, sem a necessidade de nenhum outro canal e /ou meio para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

BILINGUISMO NO CONTEXTO ESCOLAR DOS SURDOS

Os avanços na linguística demonstram que a língua de sinais é natural, e por essa razão poderia estar sendo usada como língua de instrução na educação de surdos. Além disso, as pesquisas da linguística mostraram que as línguas de sinais têm gramáticas muito complexas e bem diferentes das línguas orais, o que inviabiliza o uso da língua oral e da língua de sinais concomitantemente.

Diante desses achados, surge um novo momento na história da educação dos surdos, uma nova filosofia, chamada bilinguismo, que tem como objetivo, não apenas desenvolver as habilidades na língua oral em sua modalidade escrita, mas também desenvolver habilidades na sua primeira língua, a de sinais, nos estudantes surdos. Nessa abordagem exclui-se como objetivo na educação de surdos, a oralização.

A Suécia foi o primeiro país a reconhecer os surdos como minoria linguística e assegurar o direito de sua educação em língua falada e de sinais. O professor Fernando César Capovilla cita um estudo realizado na Dinamarca que avaliou o desenvolvimento linguístico de nove crianças surdas, educadas com a filosofia do bilinguismo, elas foram acompanhadas dos 6 aos 14 anos e o objetivo desse estudo era avaliar, analisar o desenvolvimento tanto na primeira língua, como na segunda língua, a língua oral na modalidade escrita.

Os resultados desse estudo foram animadores, dado que aos 12 anos, cinco das nove crianças estavam com o nível de leitura igual às crianças ouvintes da mesma faixa etária, aos 14 anos, sete das nove conseguiram ler com certa fluência. Além do desenvolvimento linguístico, essa pesquisa também gerou um progresso geral das habilidades sociais, cognitivas e acadêmicas, bem como uma mudança na visão dos pais em relação a surdez de seus filhos, que passaram a encarar não mais como deficiência e sim como uma diferença linguística.

O bilinguismo defende o ensino de duas línguas ao surdo no contexto escolar, a língua de sinais como primeira (L1), e como segunda a língua oficial do país (L2), no nosso caso o português.

O conceito mais importante que a filosofia bilíngue traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias. A noção de que o surdo deve, a todo custo, tentar aprender a modalidade oral da língua para poder se aproximar o máximo possível do padrão de normalidade é rejeitada por esta filosofia. (GOLDFELD 2002, p.43)

O idioma utilizado pelos surdos no Brasil é a Língua Brasileira de Sinais, que é tida como meio legal de comunicação e expressão a partir da Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, a qual tem todos os elementos pertinentes às línguas orais, como a gramática, sintaxe, pragmática e semântica.

As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não se derivaram das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística. (GOLDFELD, 2002 p. 47).

Atualmente são debatidas questões relacionadas à inclusão dos alunos surdos em escolas especiais, visto que para muitos ela é segregadora, exclui ao invés de incluir, alunos se isolam e os resultados esperados não aparecem. Na visão de outros, essa escola é ideal, ela promove a inclusão, desenvolve capacidades cognitivas das crianças, enaltece a comunidade surda, sua cultura e sua identidade.

Sabemos que é importante a criança surda ser exposta as duas línguas, porém primeiro ela deve aprender e adquirir sua língua natural, a Libras, para assim começar a ser alfabetizada em sua L2, a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Dessa forma, a aprendizagem será facilitada, visto que sua L1 será a fermenta que ajudará a compreender e aprender a sua L2.

Muitas das vezes, a criança chega à escola sem o domínio da sua própria língua, a de sinais e sem conhecer sua cultura. Isso acontece pelo fato de muitos surdos nascerem em famílias de ouvintes. Os pais de surdos quando são ouvintes eles procuram todas as formas possíveis para a “cura” da surdez, privando os filhos em muitas das vezes de conhecer sua

própria cultura e de ser exposta a sua língua, tornando cada vez mais difícil a aquisição da língua. Sobre essa afirmação, Guarinello (2007, p.48) reitera:

(...) para que as crianças surdas venham adquirir a língua de sinais como primeira língua, é necessário que elas sejam expostas a usuários fluentes, que vão responder tanto pela exposição como pelo ensino da gramática para as crianças e seus pais, que, em 95% dos casos, são ouvintes.

Quando acontece o contrário, ou seja, quando nasce surdo em família de pais surdos, eles acolhem, e expõe ao filho sua cultura e língua.

O nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre na existência para a maioria das famílias surdas, pois é uma ocorrência naturalmente benquista pelo povo surdo que não vêem esta criança um "problema social" como ocorre com as maiorias das famílias ouvintes. STROBEL2004(P.26)

Nessa perspectiva, Lerner (2002) afirma que o desafio que a escola enfrenta hoje é conseguir que todos os seus alunos cheguem a ser membros plenos da comunidade de leitores e escritores. Ao leitor surdo, essa proposta bilíngue possibilitará ao mesmo utilizar duas línguas, escolhendo qual utilizará em cada situação linguística.

LÍNGUA DE SINAIS X LÍNGUA PORTUGUESA: Um encontro possível

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é usada pelos surdos brasileiros por ser sua língua materna, a qual foi aprovada pela Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e o artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. A partir de então Libras se tornou disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores em Pedagogia, Fonoaudiologia e licenciaturas.

As Línguas de Sinais emergiram naturalmente para atender as necessidades comunicativas de diferentes comunidades surdas espalhadas pelo mundo, entende-se como forma de comunicação e expressão e possuem gramática própria, não são simplesmente gestos ou mímicas. A Língua de sinais é considerada a língua natural dos surdos, o português as crianças surdas aprendem como segunda língua.

A comunicação dos surdos passou por uma revolução no século XX, com os estudos do linguista norte-americano Stokoe, ele percebeu que os sinais formavam estruturas linguísticas, a partir disso as línguas de sinais começaram a ser sistematizadas com base nos sinais usados pela comunidade surda de cada país.

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes. Como ocorre com crianças ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-se no funcionamento dessa língua. (PEREIRA, 2000).

Por causa do trabalho do professor Huet, Libras tem uma grande influência da Língua de Sinais Francesa. Na Libras os sinais obedecem a uma gramática própria, com níveis linguísticos correspondentes aos das línguas orais-auditivas. Em Português os fonemas (menor unidade sonora) são representados graficamente pelas letras, na Libras os fonemas equivalem aos quiremas, representados pelas configurações das mãos.

A língua de sinais é na modalidade visual-espacial, ou seja, totalmente visual, os sinais só ganham sentido quando a configuração de mão é aliada a movimentos, direção e expressões faciais, elementos fonológicos essenciais para construção de um sinal. A combinação desses elementos forma um número infinito de sinais, assim como a combinação de sons forma uma quantidade infinita de palavras nas línguas faladas.

Adquirida a língua de sinais, irá possibilitar aos surdos entender o que se passa ao seu redor, ter o conhecimento de mundo e não ser meros decodificadores. É através da escrita que o ser humano consegue expor ideias e experiências, com ela é possível desenvolver o raciocínio e a ampliação dos processos sociocomunicativos.

A Língua Portuguesa deverá ser ensinada ao surdo como segunda língua, principalmente na modalidade escrita. Para que o surdo possa aprender a sua L2 ele deverá saber sua L1, a sua língua natural, que servirá como base para o processo de aprendizagem. O surdo terá um nível de dificuldade menor para a aquisição de uma língua na modalidade oral-auditiva, pois já terá o conhecimento internalizado do funcionamento de uma língua.

A língua Portuguesa deve ser adquirida na escola, obrigatoriamente na modalidade escrita, o ensino dela tem enfrentado muitos problemas, visto que não se tem uma metodologia eficiente, que possa ajudar aos educadores a se basear como deveria ser sua metodologia de ensino. Assim, a leitura e a escrita dos surdos enfrentam muitas dificuldades, por ser uma língua falada se torna mais difícil para os mesmos, a alfabetização é feita através de fonemas (som) e grafia (desenhos) para os ouvintes.

É de fundamental importância o uso de recursos visuais, já que a Língua Brasileira de Sinais é espaço-visual, a criança deve ter contato com a L2 de forma funcional, a partir de coisas familiares, objetos, entre outros recursos que poderão ajudar no desenvolvimento da mesma.

CONCLUSÃO

É de extrema importância o bilinguismo na educação dos surdos, mas de forma adequada, com método que seja eficaz e distinto dos usados com os ouvintes, já que ainda nos dias de hoje a aquisição do português escrito por crianças surdas é baseada no ensino do português para crianças ouvintes onde a língua portuguesa é sua L1.

Faz-se necessário um método próprio para surdos, ambiente escolar adequado e que predomine o visual. É preciso entender que o sujeito surdo deve aprender a ler, não só codificar ou decodificar, e sim ter um ensino baseado no letramento, uma leitura eficiente, com uso competente dela e da escrita nas práticas sociais. Para ser ensinada a modalidade escrita do português, é necessário que o surdo saiba e tenha domínio da sua língua, a sua L1, a Língua Brasileira de Sinais, a partir dessa aquisição, aos poucos essa alfabetização acontecerá de forma natural, trazendo bons resultados.

Sabe-se que o surdo é capaz, a surdez não gera dificuldades no aprendizado, o sujeito surdo tem as mesmas possibilidades do ouvinte, o que se precisa é que as necessidades dos surdos sejam respeitadas e atendidas, o sistema educacional, a metodologia dever ser revista, só dessa forma iremos obter êxito no ensino bilíngue para os surdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Decreto n. 626. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.

CAPOVILLA, Fernando César. **Filosofias educacionais em relação ao surdo**: Do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n. 1, p. 99-116, 200.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita dos sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

HONORA, Marcia. **Livro Ilustrado da Língua Brasileira de Sinais, desvendando a comunicação pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: O real e o necessário.** Porto Alegre. ArtMed. 2002.

PEREIRA, M.C.C. (org). **LIBRAS: conhecimento além dos sinais.** São Paulo: Pearson. Prentice Hale, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação dos surdos a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed,1997.

SACKS, Oliver. MOTTA, Laura Teixeira (Trad.). **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2008/2009.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.